



A monitoria no Ensino Superior: revisão integrativa de literatura com ênfase para a preparação docente

Monitoring in Higher Education: integrational review of literature with emphasis for teaching preparation

Ricardo Santos de Almeida⁽¹⁾

⁽¹⁾Mestre em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Desenvolve atividades de pesquisa vinculadas as temáticas relacionadas ao agronegócio, território e territorialidades, e processos de ensino-aprendizagem em Geografia e Educação no Campo. Professor da rede pública estadual de Alagoas. Professor-Bolsista (não caracteriza vínculo com serviço público) no curso Geografia Licenciatura EaD na Universidade Federal de Alagoas/Universidade Aberta do Brasil (UFAL-UAB). Pesquisador do NUAGRÁRIO, GEPAR e GCEG da UFAL. E-mail: ricardosantosal@gmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de junho de 2018; Aceito em: 15 de agosto de 2018; publicado em 25 de 01 de 2019. Copyright© Autor, 2019.

RESUMO: Esta pesquisa objetiva caracterizar a função Monitor sistematizando sua importância e atribuições, bem como a validade dessa atividade ao longo da formação acadêmica e docente pautada na responsabilidade e compromisso com as leituras, prática da observação e participação em reuniões junto a docentes orientadores de disciplinas nas Universidades. É salutar destacar que neste processo docente e discente juntos desenvolvem diversas atividades que proporcionam uma melhor compreensão sobre os objetos de estudo das ciências e metodologias adotadas nas disciplinas acadêmicas viabilizando reflexões que direcionem uma prática didático-pedagógica mais fortalecida. Encontra-se em análise os aspectos socio históricos que compreendem o conceito da monitoria, dentre os quais se podem destacar: o processo evolutivo da educação brasileira, os conceitos de educação, e as principais normativas institucionalizadas pelas universidades brasileiras e a UFAL especificamente. Neste sentido, a revisão integrativa de literatura se permeará nas discussões de Cunningham (1975), Bello (2001 e 2009), Neves (2005), Neves e Men (2007), Schneider (2006), Nunes (2007), Queiróz e Barzaghi (2007), Nascimento *et al* (2007), Santos e Lins (2007), Ferenc e Mizukami (2007) buscando compreender elementos específicos latentes ao longo do processo de evolução da função Monitor nos processos formativos e educativos para compreendermos e valorizarmos as práticas de monitoria acadêmica no âmbito universitário em Alagoas.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria. Ensino Superior. Formação de Professores.

ABSTRACT: This research aims to characterize the Monitor function, systematizing its importance and attributions, as well as the validity of this activity throughout the academic and teaching formation based on the responsibility and commitment to the readings, practice of observation and participation in meetings with the teaching professors of disciplines in the Universities. It is salutary to point out that in this teaching and student process together they develop several activities that provide a better understanding about the objects of study of the sciences and methodologies adopted in the academic disciplines, making feasible reflections that direct a more didactic-pedagogical practice. The socio-historical aspects that comprise the concept of monitoring are analyzed, such as the evolutionary process of Brazilian education, the concepts of education, and the main norms institutionalized by Brazilian universities and UFAL specifically. In this sense, the integrative literature review will permeate the discussions of Cunningham (1975), Bello (2001 and 2009), Neves (2005), Neves and Men (2007), Schneider (2006), Nunes (2007), Queiróz and Barzaghi (2007), Ferenc and Mizukami (2007), seeking to understand specific latent elements throughout the process of evolution of the Monitor function in the formative and educational processes to understand and value the practices of academic monitoring in the university context in Alagoas.

KEYWORDS: Monitoring. Higher education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Afirmar que ensinar é fácil, que os docentes do Ensino Superior têm em síntese atribuições complexas e importantes – o ensinar, o pesquisar e o socializar – para o desenvolvimento de profissionais das mais variadas áreas, como exemplo, educação, saúde e ciências sociais aplicadas, sendo o ato de ensinar e aprender, paralelamente, papéis singulares que não se restringem apenas a sala de aula. É também neste processo que estão inclusos os monitores que possuem características singulares, que serão elencadas ao longo deste trabalho. Uma delas é que ainda são discentes em processo de graduação, podendo neste momento reafirmar que o papel formativo não está contido apenas na sala de aula; e que podemos aprender e auxiliar docentes, sendo este papel primordial no processo de ensino-aprendizagem, pois o monitor vivencia na prática do cotidiano alguns percalços também sofridos pelos docentes, dentre os quais fomentar discussões embasadas em conteúdos ou até mesmo ser consultado em caso de dúvidas bem como o não obter resultados esperados ao longo de uma atividade sugerida, mesmo utilizando as metodologias adequadas para tal.

O ser docente no Ensino Superior, além das atribuições praxe no processo ensino-aprendizagem já mencionados, envolve também o gerenciamento de conflitos, a compreensão do ser humano e principalmente o ser, produzir e pensar ciência de modo holístico. Dentre outros aspectos relacionar conteúdos e conceitos que potencializam um pensamento sistêmico que viabilizam uma prática didática coerente não ignorando os saberes locais e considerados inicialmente empíricos como frisa Cunningham (1975) ao destacar a educação acadêmica, profissional e influência do professor sobre seus aprendizes.

O processo de crescimento e desenvolvimento pelo qual cada indivíduo assimila um corpo de conhecimentos, demarca seus ideais e aprimora sua habilidade no trato desses conhecimentos para a consecução daqueles ideais (CUNNINGHAM, 1975, p.69).

Como se sabe o processo de desenvolvimento docente não se dá apenas no ato de cursar um curso de graduação ou pós-graduação, existem experiências ao longo destes que viabilizam uma melhor reflexão de futuras práticas docentes, como o programa de monitoria que ocorre na graduação. Estas características são dotadas de complexidades e

singularidades e estão susceptíveis a estas características os monitores de Ensino Superior.

As naturezas da multiplicidade das atribuições do monitor envolvem o estudar e socializar ainda em processo de graduação, contribuindo para uma complexidade paradoxal que elenca o ato de ensinar-aprender-apreender envolto no processo ensino-aprendizagem. Nesse processo, torna-se difícil a compreensão, principalmente aos discentes que não são monitores deste papel singular existente nas Instituições de Ensino Superior uma vez que é através do programa de monitoria, que assim como nos primórdios da história da educação superior brasileira, despertaram em muitos estudantes a vontade de lecionar, pesquisar e socializar conhecimentos nos mais variados níveis de ensino.

O monitor pode cumprir a função que geralmente se atribui aquele que está sempre ao lado do mestre e que quer muito aprender e ajudar aos outros que assim como ele também estão aprendendo e apreendendo, tal como destaca Schneider (2006, s/p.) ao afirmar que:

O trabalho de monitoria, cuja atividade formativa pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento, normalmente ocorre em Instituições de Ensino Superior (IES) com normas fixadas pelos seus respectivos conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Apesar de algumas peculiaridades encontradas aqui e ali, o trabalho de monitoria é compreendido como uma atividade formativa de ensino que entre outros objetivos, pretende: a) contribuir para o desenvolvimento da competência pedagógica; b) auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento; c) possibilitar ao acadêmico-monitor certa experiência com a orientação do processo de ensino-aprendizagem. (SCHNEIDER, 2006, s/p.).

O monitor também atribui para si responsabilidades, se referenciando também no docente que o orienta e que deve levar em consideração as particularidades que os contextualizam nos lócus do ensino.

A FUNÇÃO MONITOR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No que se refere a atribuição monitor na educação brasileira devemos levar em consideração os pressupostos que condicionam a existência desta função não se restringe

apenas ao Ensino Superior. Estes pressupostos estão diretamente vinculados aos métodos pedagógicos trazidos pelos padres jesuítas conforme afirma Bello (2009, p. 1)

Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Este método funcionou absoluto durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marca a História da Educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. Se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de educação o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentou-se as aulas régias, o subsídio literário, mas o caos continuou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo. Na verdade, não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Para preparar terreno para sua estadia no Brasil D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Segundo alguns autores o Brasil foi finalmente "descoberto" e a nossa História passou a ter uma complexidade maior. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, sendo que em 1538 já existia a Universidade de São Domingos e em 1551 a do México e a de Lima, a nossa primeira Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo. Por todo o Império, incluindo D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. Com a Proclamação da República tentou-se várias reformas que pudessem dar uma nova guinada, mas se observarmos bem, a educação brasileira não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termos de modelo. Até os dias de hoje muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é a de manter o "status quo" para aqueles que frequentam os bancos escolares.

Entre 1549 e 1759 muitos dos professores que ensinavam nos cursos elementares como Letras e Filosofia, e cursos de nível superior como Teologia e Ciências Sagradas eram vinculados a ordens religiosas e eram preparados para a função docentes, geralmente indicados pelo clero apropriando-se de disciplinas que eram experimentadas ao longo de sua formação.

Diretamente vinculada aos padres jesuítas, que junto a seus pupilos, iniciaram o processo de catequização dos indígenas, há a deturpação de suas identidades e o processo educativo restringia-se ao caráter religioso. É preciso destacar também que este projeto jesuítico de educação viabilizou o processo de (de)formação socioespacial brasileira influenciando alguns de nossos costumes e práticas sociais existentes até hoje, como o ato de banhar-se. Este processo de catequização a priori, constava em um ensino-aprendizagem diretamente vinculado ao ato de codificar e decodificar simbologias.

Ainda para Bello (2001) posterior a este processo o ensino no Brasil, entre o período pombalino (1760 e 1808) e período joanino (1808 e 1821) era associado a uma

educação que deveria servir somente aos interesses do Estado, não mais aos religiosos e tampouco os econômicos. O ato do ensino estava restrito apenas ao professor sendo este considerado o detentor da educação. Contudo, é ao longo de sessenta e um anos que a educação brasileira sofre uma ruptura e justamente devido a negação que se tinha a educação, pois poderia ser através desta que a população brasileira poderia redirecionar os caminhos de sua possível futura história, sem escravidão, desigualdades socioespaciais e títulos de nobreza.

Visando suprir a carência de professores a partir de 1823, Dom Pedro I instituiu Lei de 15 de outubro de 1827, que garantia além do ensino gratuito nas escolas e a regulamentação do uso do Método Lancaster ou ensino mútuo. É neste método educativo onde alunos em processo de formação ou já em finalização dos cursos normais ensinavam a grupos com dez alunos sendo denominados decuriões e decúrios tentando através deste modelo educativo inglês aumentar o número de professores e alunos. O decurião era constantemente vigiado e orientado por inspetores que lhes encaminhavam os alunos e conteúdos a serem lecionados.

O método educativo lancasteriano surge na Inglaterra no século XIX e é implantado no Brasil a partir de 1827 segundo Neves (2005). Já para Neves e Men (2007, p. 6)

A educação por meio do Método Pedagógico funcionou não só nos ambientes escolares, como também atuou, primeiramente, entre os agentes da ordem, a classe militar, na promoção da hierarquia, da disciplina e da obediência. Em terras brasileiras, as escolas imperiais de instrução elementar atuaram como centro de excelência na história das instituições disciplinares. A nosso ver, a proposta de anexar o Método Lancasteriano pela Monarquia e elites ilustradas, durante o período que gira em torno da constituição do Estado Nacional, nas demandas sobre a formação e instrução do povo brasileiro, promove um deslocamento de algumas posturas na historiografia da área da Educação, que entende a educação e a escola como instâncias que apenas refletem, que acompanham simplesmente o movimento social, que, como objeto de investigação, não oferecem explicações para esse mesmo movimento, mas que carecem sempre de explicação.

Este modelo potencializava através de mecanismos de poder o ajustamento à ordem social não ferindo os interesses a época da monarquia e os interesses das classes dominantes. O papel dos monitores nesta época, ainda era centralizado no ensino nas escolas e suas principais atribuições eram distintas as dos professores, dentre as quais se destacam a coordenação de atividades didáticas, uma instrução que tornasse o aluno

disciplinado para o convívio social através da memorização e reducionismo da originalidade.

Ainda segundo as autoras era também atribuição do monitor identificar o grau de aprendizagem dos alunos, os motivarem a aprender através da observação, mas nada era tão prático e objetivo como se pensa, uma vez que também eram deveres do monitor a manutenção da ordem na organização infraestrutural do estabelecimento de ensino e as indicações de leituras e estas eram baseadas em um aprendizado que estava restrito apenas as identificações de letras, sílabas, palavras não sendo simultâneo o ato de ler e escrever. Já os professores ensinavam as tarefas mais complexas, das quais envolviam o ato de escrever utilizando caneta a pena e ensinando as complexidades do ato de escrever como a inserção de vírgulas e outras regras ortográficas na construção de textos. Com essa estruturação Lancaster vislumbrava uma cultura educativa baseada em locais específicos para aprender e ensinar, implementação de cursos graduados em níveis de especificidades e complexidades de objetos de estudos e que fossem dotados de corpo docente específico nos remetendo a atual configuração do ensino brasileiro: fundamental, médio e superior e suas especificidades.

A FUNÇÃO MONITOR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Ainda existem poucos estudos que discutem a prática da monitoria no Ensino Superior e suas contribuições para a formação de profissionais que podem através desta experiência minimizar as dificuldades da prática docente em qualquer nível de ensino, além de estudar minuciosamente os objetos de estudo de cada ciência, tais como a dificuldade de desenvoltura, confiança e principalmente o comunicar-se espontaneamente. Caso estes aspectos não sejam trabalhados no ato da formação acadêmica desencadearão sérios problemas na formação de futuros profissionais.

O monitor, em especial, deve tomar cuidado para não realizar más interpretações de conceitos e realidades as quais a disciplina ao qual está diretamente relacionado lhe possibilita análises mais aprofundadas. Dentre outros cuidados, destacam-se o ato de conhecer a matriz curricular, e as atribuições de cada disciplina do curso de graduação e bibliografias que dão sustentação a disciplina ao qual está vinculado. Mas, afinal, o que seria a monitoria no Ensino Superior?

Para Schneider (2006) a monitoria é vista como instrumento de trabalho pedagógico que viabiliza a compreensão dos aspectos referentes às transformações do contexto socioespacial viabilizando a partir disso trabalhar a diversidade de conhecimentos em sala de aula, pois “as cores do arco-íris sócio-cultural presentes nas salas de aula”, ou seja, a heterogeneidade presente, tal dificuldade é chamada de “daltonismo cultural” (CORTESÃO; STOER *apud* SCHNEIDER, 2006).

Já Nunes (2007, p. 56) destaca a monitoria acadêmica como um “programa de grande importância para a melhoria da formação universitária. É preciso dar-lhe o seu valor mediante políticas educacionais e institucionais efetivas, que lhe garantam a sustentabilidade e a equivalência com outros programas direcionados a graduandos”. E vai além, enfatizando que mesmo institucionalizada pelas Instituições de Ensino Superior traz consigo uma nova função na universidade que está desprendida das pesquisas e de contextos que pragmatizam o docente como detentor de conhecimentos. A monitoria possibilita também uma possível ruptura do ideal tradicionalista onde docente-discente são isolados e que só devem estar ativos em sala de aula.

O monitor, enquanto discente-aprendiz-docente, e pode ser visto como um intermediador entre docente e demais discentes, uma vez que a relação de demandas de dúvidas em detrimento ao tempo de aula muitas das vezes inviabilizam um contato mais próximo. Partindo desta premissa tem-se o monitor como aquele que pesquisa, identifica e compartilha com o docente, sob um olhar mais apurado, a organização da sala de aula, seu público e como poderia ser trabalhado um conteúdo em específico. Eis que surge neste processo também a sugestões bibliográficas que no ato da docência facilitará na identificação dos traços de aprendizagem diferenciada entre turmas, afinal, cada ser humano raciocina de modo específico com aproximações de aprendizagem. Denuncia as ações que muitas das vezes desvirtuam o real sentido formativo da monitoria, dentre as quais

No tocante à formação para o ensino, a monitoria deve ser pensada abrangendo todo o processo de ensino. O professor orientador necessita envolver o monitor nas fases de planejamento, interação em sala de aula, laboratório ou campo e na avaliação dos alunos e das aulas/disciplinas. Evidentemente, como reza algumas recomendações da IES, os monitores não podem substituir os professores dando aulas por estes. Eles são aprendizes, ainda não auferiram o nível de competência de um professor. No entanto, tampouco isso significa uma escusa para deixá-los, como salientamos, executando apenas tarefas bastante limitadas quanto ao teor formativo. (NUNES, 2007, p. 49).

Percebendo que a Universidade é, bem como a escola, um espaço de (re)produção do conhecimento, onde indivíduos realizarão constantemente sua formação profissional do qual estão englobados o ensino, pesquisa e extensão, devemos analisar que cada estudante deve despertar em si uma consciência cada vez mais social que lhe viabilize sua real inserção científica que está diretamente relacionada ao aprimoramento de suas práticas sociais.

Queiróz e Barzaghi (2007) destacam que a monitoria tem a ação mediadora tanto entre alunos quanto entre os docentes dos cursos de graduação integrando operacionalmente no planejamento de disciplinas e compartilhamento de conhecimentos contribuindo significativamente para a própria formação profissional e a dos demais envolvidos no processo.

Compete ao processo educativo proporcionar ao aluno um saber teórico, associado ao próprio desenvolvimento pessoal, tendo em vista a sua formação profissional. Esse é um processo de construção coletiva, no qual professores e alunos colocam-se como parceiros. Cabe ao docente estimular a construção do pensamento crítico, criativo, aproximado do contexto. Operacionalmente devem ser criadas situações de ensino problematizadoras, que impulsionem o aluno a compreender o sentido da integralidade na construção de suas respostas. As características anteriormente apresentadas são incompatíveis com a visão tradicional de educação, na qual a figura do professor se coloca no centro, cabendo ao alunado a posição de passividade (QUEIRÓZ; BARZAGHI, 2007, p. 92).

E é partindo desta ideia que se atribui a monitoria como a superação da profissionalização engessada onde apenas insere-se docente-discente sem um contato mais estreito que potencialize o diálogo para além do mero repasse de conteúdos, que muitas das vezes é fragmentado por programas disciplinares seguidos a risca, desenvolvidos por docentes, que por seguirem um formato engessado dificultam muitas das vezes a abertura ao diálogo, pois nem sempre são pensados para tal. Sendo assim, o real intuito da monitoria viabiliza

O processo de formação dos estudantes [...] que tem como foco central a capacitação de professores que, em geral, atuarão em sala de aula, acreditamos que as vivências nas atividades de monitoria sejam ainda mais significativas por possibilitarem a esse graduando uma análise da articulação entre a teoria e prática. Visto que, além de poderem estar em contato com estudos teóricos os mesmos podem ter um olhar diferenciado da prática docente através das experiências adquiridas. (NASCIMENTO; SILVA; SOUZA, 2007. p.7).

A cumplicidade do ensino-aprendizagem entre docente-monitor é vista constantemente por Schneider (2006) como projeto palpável que viabilizam uma prática de ensino-aprendizagem mais eficaz no que se refere aos processos educativos elucidados através do Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação produzido em 1972 pela UNESCO: *aprender a conhecer* – possibilitando a aquisição de instrumentos necessários à compreensão dentre os quais se destacam a valorização do que está em sua volta para que se possam entender as conexidades existentes entre os elementos visíveis e inerentes a sua vida cotidiana; *aprender a fazer* – preparando o indivíduo as suas futuras atribuições profissionais com base em suas experiências e vivências que lhes possibilitem a autonomia, construção de conhecimentos e do senso crítico; *aprender a viver* – no ato da relação professor-aluno devem ser valorizadas os aspectos comuns, em especial o ato de que todos aprendem sempre e devem compartilhar menosprezando as diferenças que geram indiferenças; e *aprender a ser* – onde cada indivíduo no ato da elaboração de pensamentos autônomos e críticos devem permitir-se respeitar a diversidade e se respeitar primando ações educacionais que direcionem a transformações sociais saudáveis, tais como as que decorrem dos programas de monitorias que visam uma educação com mais qualidade e contribuindo para a reestruturação dos modos de agir pedagógico valorizando e contribuindo com a diversidade de conhecimentos existentes nas salas de aula revigorando assim as ciências.

Considerando a monitoria como ponte para a iniciação a docência, esta, no Ensino Superior brasileiro só vai surgir segundo Santos e Lins (2007) por meio de Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 contendo no artigo 41 aspectos relativos ao processo seletivo, cujo designa as suas atribuições dentre as quais destacamos: o ter participado de processo seletivo por meio de provas específicas para cada área do conhecimento e respectivamente as disciplinas onde deveriam demonstrar aptidões técnico-didáticas que os remetessem ao modelo de ensino-aprendizagem proporcionado pelos docentes já existentes e com direito a bolsa de estudos paga pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo assim, mediante estes aspectos identifica-se um isolamento configurando a monitoria como preparatório para o ingresso do indivíduo na carreira em nível superior, uma vez que é através desta atribuição que muitos profissionais universitários ingressaram como docente nos anos posteriores.

Segundo Santos e Lins (2007) é somente através do Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970, que os respaldos legais contidos na lei anteriormente citada são

reformulados e regulamentados, instituindo-se em cada IES federal a Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE) a elaboração dos programas de monitoria. Outros aspectos legais contidos no decreto são: os pré-requisitos necessários para exercer a função de monitor tais como: já haver cursado a disciplina a qual será monitor, obter bom desempenho acadêmico, ter completado 50% do curso e obviamente ter realizado o processo de seleção. Ainda segundo este decreto a carga horária instituída era de 30 (trinta) horas semanais de atividades.

Já em 1977 por meio do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) mediante a instauração do processo de repressão militar as Instituições de Ensino Superior Públicas tiveram redução de vagas para programas de monitoria. Eram minuciosamente distribuídos e constantemente monitorados por relatórios que deveriam constar a relação demanda e oferta, bem como as grandes áreas das quais envolviam as disciplinas mais solicitadas e/ou as que não deveriam ser contempladas pelo programa. É neste período que a carga horária é reduzida para apenas doze horas semanais. Esse regime de carga horária ainda vigora em várias universidades.

Entre as décadas de 1980 e 2010 os programas de monitoria restringem-se apenas as universidades e elas os regulamentam baseadas em parâmetros baseados em seus Planos de Desenvolvimento Institucional, tais como: Instituir comissão de programa de monitoria onde cada representante docente de curso e/ou departamento/instituto seja coordenador; Adequar aos objetivos da instituição a ressignificação da monitoria, sendo esta também condicionante a pesquisa, o ensino e extensão contribuindo para a melhoria da qualidade na educação brasileira; Articular os programas de monitoria com os Projetos Políticos Curriculares dos cursos de graduação adequando à função de monitor como iniciante a docência tendo consigo características singulares dentre as quais o não lecionar substituindo docentes no Ensino Superior, uma vez que esta atribuição já é do docente que deverá orientá-lo; Despertar no discente o interesse pela docência em todos os níveis de ensino, propiciando a este identificar os reais desafios da profissão docente.

Considerando esses parâmetros são os reais papéis do monitor no Ensino Superior: O auxílio com orientação de docente para elucidar atividades práticas e experimentais bem como produzir materiais com base no plano de curso da disciplina ao qual está vinculado como monitor; Ter horário flexível que possibilite a acessibilidade de outros discentes o atendimento e esclarecimento quanto a dúvidas e avisos sobre

atividades; Estar sempre em contato com discentes e docente propiciando um processo de ensino-aprendizagem que direcione uma educação com qualidade; Autoavaliar e ser avaliado pelo orientador a fim de potencializar uma melhor formação.

Todas as Instituições de Ensino Superior são norteadas pelos Planos de Desenvolvimento Institucionais que dá atribuições a cada recorte infraestrutural. O caso analisado será o da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e especificamente analisaremos os recortes inseridos nas resoluções acadêmicas que regem sobre as atribuições do monitor através de seu Programa de Monitoria. Até idos de 1996 as características encontradas nos programas de monitoria na UFAL (ver figura 1) pouco se destoam das demais IES.



Figura 1. Atuação na monitoria de Geografia Agrária no curso Geografia Licenciatura e Geografia Bacharelado presenciais, na Universidade Federal de Alagoas Campus A. C. Simões. Monitor (a esquerda) ao lado da docente que explica sobre atividade diferenciada em sala de aula.

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa. (2011).

É em 12 de agosto de 1996 que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFAL regulamenta as atribuições da função monitor nos cursos de graduação através da Resolução nº 39/96. Nesta destaca-se que o discente-monitor deve

estar regularmente matriculado em curso de graduação, não sendo considerado vínculo empregatício uma vez que esta oportunidade viabiliza a prática pedagógica que viabiliza o processo de formação docente através do aprofundamento teórico e metodológicos vinculados a disciplina ao qual atua.

O discente-monitor deve ser orientado por um docente tanto no processo preparação de aulas e atividades vinculadas restritamente a disciplina ao qual compete a atribuição de monitor incluindo-se nestas as reuniões, o acompanhamento de discentes que apresentam baixo rendimento, discutindo e avaliando também como o docente orientador atua. Seguindo estas prerrogativas deverá comprovar suas presenças e caso haja algum impedimento para o desenvolvimento de suas atribuições deverá solicitar dispensa recebendo certificado de participação pelo período participado. Consta ainda no inciso segundo que o monitor sob hipótese alguma deve ministrar aulas, realizar avaliações e desenvolver atividades burocráticas na ausência do professor em sala de aula ou em qualquer outro recinto.

No que se refere ao papel do docente, ainda segundo os aspectos regimentais da UFAL no que se refere Resolução nº 39/96 cabe ao professor orientador de monitoria a elaboração junto aos monitores planos de atividades semanais, organização de horário de trabalhos, orientações sobre conteúdos, informar sobre as presenças e avaliação de desempenho dos monitores. A carga horária – anterior a esta resolução era de apenas seis horas semanais – e as vagas eram distribuídas de acordo com as demandas de pesquisas, contingente e qualificação docente, maior número de alunos por curso e carga horária por disciplinas, com a reformulação a carga horária é duplicada. Todos esses elementos eram verificados no final do semestre anterior a aplicação do processo seletivo. Este processo seletivo iniciava na primeira semana de aulas mediante convocação via edital publicado pela Pró-reitoria Estudantil. Só eram aceitas as inscrições de alunos que já cursaram a disciplina e obtiveram nota igual ou superior a sete inteiros, não constando mais de três reprovações em disciplinas e nenhuma na que prestará concurso.

No ato da inscrição do processo seletivo o concorrente a vaga de discente-monitor deverá apresentar comprovante de matrícula, histórico escolar, realizar a prova no dia¹ fixado em edital. Já na segunda semana era realizada a prova, mas a correção se

¹ O dia do processo seletivo para monitoria era padronizado e era realizado no mesmo dia e horários e eram realizadas as provas em todos os departamentos de ensino ao qual o curso era ministrado.

dava mediante a análise por uma banca contendo três docentes² do histórico escolar – coeficiente e média geral na disciplina ao qual concorre bem como a análise da prova escrita, e conteúdo da entrevista. É necessário frisar que as seleções para monitor com bolsa e sem bolsa ocorriam em semanas diferentes mesmo não se destoando as caracterizações do processo seletivo supracitado. Ao término do período, deverá entregar relatório final destacando suas atividades de monitor de disciplina.

Com as readequações das normas que regem o programa de monitoria a partir da Resolução nº 55/2008 de 10 de novembro de 2008 o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI/UFAL) reafirma a importância do processo seletivo mais rígido no que se refere a não permissão de acumulação de bolsas e mantém as caracterizações anteriormente destacadas, instituindo a carga horária de doze horas semanais devendo o aprovado assinar termo de compromisso afirmando que realizará suas atividades e atribuições.

A MONITORIA E A FORMAÇÃO DOCENTE

A preparação docente é vista por Ferenc e Mizukami (2007) como uma constante busca pelo conhecimento permeando os processos educativos mediante as constantes dicotomias existentes a todo o tempo e espaço contribuindo também para a internacionalização da economia e outras transformações de escala mundial. Esta constante faz parte de uma reestruturação política e ideológica que fomenta os caminhos da sociedade mediante o uso de metodologias que se adequam a interesses institucionalizados e implícitos que por menos perceptível que pareça revigoram os reais sentidos da educação: o aprender, apreender, conhecer e o fazer.

Cunningham (1975) ao enfatizar a educação sob os pontos de vista social e individual remete-nos as aquisições sociais postuladas nas transformações, sejam das capacidades e habilidades que potencializam a busca contínua pelo conhecimento reconhecendo o educador e educando ativos no processo, bem como a desvinculação dos momentos estritamente associados aos atos impulsivos que os remontam a partir das capacidades evolutivas a concretização de ideais. Esses ideais nos levam a pensar sobre a real compreensão sobre o que de fato é Educação.

² O docente com maior titulação era o presidente da banca de julgamento.

A motivação é analisada por Cunningham (1975) como objeto do educador que prioriza anterior ao pensar ciência, compreender a natureza humana, suas limitações, complexidades. Mediante este pensamento dialético são valorizadas as aptidões naturais que poderão ser reconduzidas para o caminho da pesquisa, do ensino e da extensão.

O docente deverá utilizar-se de todos os atrativos que competem ao objetivo da ciência ao qual está vinculado diretamente, percebendo nesta a incursão de princípios, estando estes auxiliando o entendimento de mundo não restringindo os conteúdos a arcabouços estritamente reducionistas, necessitando também levar ao discente a compreensão de que os atos considerados impróprios e facilmente condenáveis nada mais sendo impulsos manifestados da natureza humana. É nesta afirmação que vigora o real sentido do aprender e apreender, pois é através do despertar da personalidade dos sujeitos que se potencializam bons aprendizes, que necessariamente se dotarão de considerados adestramentos técnicos necessários para o sucesso na área a qual pretende prosseguir. A construção da educação superior enquanto autoeducação dependerá de uma análise minuciosa sobre o currículo – material; profissionais – método; e instituição – administração e gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais as influências dos processos de ensino-aprendizagem existentes ao longo da história educativa brasileira que direcionam a existência dos monitores no Ensino Superior? Que influências os discentes recebem de seus orientadores? Seguindo estas prerrogativas identifica-se que o papel do docente é o de orientar este discente em seu processo de formação em uma disciplina específica. O exercício da docência em nível superior requer atribuições singulares que estão diretamente relacionadas à compreensão da dimensão humana frente ao entendimento de mundo a partir de perspectivas que realcem os objetos das ciências.

O que se percebe é que estamos estritamente direcionados a práticas pedagógicas que envolvem a aprendizagem para a vida fortalecendo o processo educativo por muitas vezes apenas formativo ignorando que estamos em constante aprendizagem. Eis que destacamos o docente como aquele que também prepara para o amadurecimento intelectual, uma vez que não há ciência sem humanidade.

REFERÊNCIAS

1. BELLO, José Luiz de Paiva. *Educação no Brasil: a história das rupturas*. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2012.
2. BELLO, José Luiz de Paiva. *História da Educação no Brasil*. Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/documentos/proeja/panorama_geral_da_eja/historia_da_educacao_no_brasil.doc>. Acesso em: 21 jul. 2013.
3. CARVALHO, Dalmo Gomes; FABRO, Paloma Nandi. *A importância das monitorias para a formação do acadêmico do curso de Matemática – licenciatura*. Disponível em: <<http://www.cimm.ucr.ac.cr/ocs/files/conferences/1/schedConfs/1/papers/1665/supp/1665-4291-2-SP.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
4. CUNNINGHAM, William. *Introdução à Educação: Problemas Fundamentais, finalidades e técnicas*. 2. ed. Porto alegre: Editora Globo, 1978.
5. FERENC, Alvanize Valente Fernandes., MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Formação de professores, docência universitária e o aprender a ensinar. In: PINHO, Sheila Zambello., STUCHI, Elizabete Berwerth., JUNIOR, Klaus Schlünzen. (Org.). *Modos de ser educador: artes e técnicas, ciências e políticas. Modos de ser educador: artes e técnicas, ciências e políticas*. 1. ed. v. 1. São Paulo: UNESP, 2007.
6. NASCIMENTO, Cícera Rodrigues; SILVA, Mirian Lourenço Pereira; SOUZA, Priscila Ximenes. *Possíveis Contribuições das Atividades de Monitoria na Formação dos Estudantes-Monitores do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/possveis%20contribuies%20das%20atividades%20de%20monitoria%20na%20forma.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2012.
7. NEVES, Fátima Maria. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Civilização do Governo Imperial Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/089.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

8. NEVES, Fátima Maria., MEN, Liliana. *O Método Pedagógico de Lancaster e a Cultura Escolar*. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2012.
9. QUEIRÓZ, Alexandre Flávio Silva; BARZAGHI, Roberta Aparecida. A monitoria na disciplina de Biofísica: um relato de experiência. In.: SANTOS, Mirza Medeiros, LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). *A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência: Possibilidades e Trajetórias*. Natal: EDUFRRN, 2007. Disponível em: <<http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20110691428837665261ac9a0128cd2d/Monitoria.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.
10. SANTOS, Mirza Medeiros., LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). *A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência: Possibilidades e Trajetórias*. Natal: EDUFRRN, 2007. Disponível em: <<http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20110691428837665261ac9a0128cd2d/Monitoria.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.
11. SCHNEIDER, Márcia Sueli Pereira da Silva. Monitoria: Instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*. 5. ed. v. mensal, p. 65, 2006.
12. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Licenciatura em Geografia: Projeto Político Pedagógico. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/geografia-licenciatura-2011>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
13. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL de 10 de novembro de 2008. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/rco_55_2008_consuni>. Acesso em: 20 jan. 2013. p. 8-9.